



## RESQUÍCIOS DE VELHOS TEMPOS

Percorrendo os principais centros urbanos e influentes no mundo, não é ímprobo deparar-se com situações de corrupção, suborno e corrompimento das barreiras que determinam uma lei. Atos imorais e corruptos são mais frequentes do que muitos indivíduos presumem e não se limitam apenas a grandes cidades, abrangem todas as arestas imagináveis por um ser humano.

O comportamento irregular, intrusivo ou omissivo da autoridade é denominado abuso de poder. Conforme a Justiça brasileira, a conduta típica do abuso é considerada crime e inclui qualquer agente público, não se restringindo apenas a cargos imponentes. Atualmente, existem três subdivisões deste tipo de violação da lei: o excesso de poder, que ocorre quando se executa algo além do que é permitido pela legislação, o desvio de finalidade, que consiste em praticar uma lei com fins diversos aos previstos pela justiça e a omissão, que é a inércia do gestor perante suas funções públicas.

No Brasil, tais infrações à legislação ocorrem diariamente com o suborno de policiais diante de situações de desobedecimento às leis de trânsito, distribuição de cargos a parentes, ato designado nepotismo, e os gravíssimos casos de corrupção dentro do governo. O quinto país mais populoso do mundo vem apresentando estatísticas que deveriam trazer constrangimento e desonra a qualquer cidadão decente, e seu histórico revela que tais atos estão presentes desde o governo de Campos Sales, por exemplo, quando o famoso voto de cabresto era exercido pelos coronéis.

Encontrar uma solução para tantos casos de abuso de poder e desigualdade de direitos é um árduo enigma a ser disseminado, pois tal problema está diretamente relacionado à índole de um indivíduo. Portanto, a reflexão de Pitágoras pode ser ressaltada: “Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos”, recordando que a base de qualquer mudança provém da educação dos futuros habitantes de um país.

Porém, não basta apenas investir e apostar na educação. São exigidas mudanças breves, como aumentar a transparência do poder público, fornecendo mais dados sobre os setores onde o dinheiro da população está sendo aplicado e reduzir o número de cargos comissionados, pois o Governo Federal possui cerca de 20500 funcionários, mais do que o dobro de cargos comissionados nos EUA. Somente a junção de todas essas atitudes poderá oferecer para os cidadãos um país mais justo e economicamente desenvolvido, sem diferenças sociais.

Victória May  
3º ano / Balneário  
2015